

# **PRÁTICAS LGBTFÓBICAS E A SAÚDE MENTAL DO (DA) POLICIAL LGBT+ NO BRASIL**

*LGBTFHOBIIC PRACTICES AND THE MENTAL HEALTH OF THE LGBT+ POLICE OFFICER IN BRAZIL*

*PRÁCTICAS LGBTFHOBIICAS Y SALUD MENTAL DEL (DE LA) POLICÍA LGBT+ EN BRASIL*

Submetido em 10 de setembro de 2020.

Aceito em 06 de janeiro de 2022.

**RAFAEL DELFINO RODRIGUES ALVES**

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, GOIÂNIA/GO,  
BRASIL

ESCOLA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILLO DO ESTADO DE  
GOIÁS, GOIÂNIA/GO, BRASIL

rafaeldelfino@discente.ufg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0881-3976>

**FABRICIO SILVA ROSA**

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, GOIÂNIA/GO, BRASIL

fabriciorosa@me.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6058-3266>

## **RESUMO**

Este artigo aproxima temas como LGBTfobia, cisheterossexismo/cisheteronormatividade e saúde mental do policial LGBT+ por meio de um recorte dentro das polícias militares brasileiras. Em adição, o trabalho busca saber como essa associação de temas é publicizada em notícias jornalísticas brasileiras. Buscamos responder à seguinte problemática: qual a relação entre os temas LGBTfobia, cisheterossexismo e saúde mental do policial militar LGBT+ apresentados nos conteúdos do portal de notícias brasileiro G1 entre os anos de 2018 e 2021? Para isso, o objetivo do trabalho é discutir e analisar a publicização da LGBTfobia e do cisheterossexismo, relacionando-os com a saúde mental do policial LGBT+ dentro das instituições policiais militares brasileiras. O artigo traz como metodologia um estudo bibliográfico que termina com uma análise do conteúdo publicizado no citado canal jornalístico da internet. Como proposta conclusiva, pode-

mos mencionar que dentre as notícias analisadas, há uma relação de equivalência entre os termos LGBTfobia e cisheterossexismo e uma associação destes com o estado de saúde mental dos policiais militares LGBT+ que passaram por algum episódio de preconceito, discriminação ou perseguição dentro das instituições policiais militares por conta de sua sexualidade e identidade de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** LGBTfobia; Cisheterossexismo; Saúde Mental; Policial Militar LGBT; Publicização.

## *ABSTRACT*

This article approaches subjects such as LGBTphobia, cisheterosexism/cisheteronormativity and mental health of the LGBT+ police officer in the Brazilian military police. In addition, the paper seeks to know how this association of themes is published in the Brazilian journalistic news. We seek to answer the following question: what is the relationship between LGBTphobia, cisheterosexism and the mental health of the LGBT+ military police, presented in the contents of the Brazilian online news G1 between the years 2018 and 2021? Thus, the objective of this article is to discuss and analyze the publicity of LGBTphobia and cisheterosexism, relating them to the mental health of LGBT+ police officers within Brazilian military police institutions. The article uses bibliographic study as a methodology that associates with a content analysis published in the G1 website. As a concluding proposal, we can mention that among the analyzed news, there is an equivalence relationship between the terms LGBTphobia and cisheterosexism and an association of these with the mental health status of LGBT+ military police officers who have experienced any episode of prejudice, discrimination or persecution within the military police institutions because of their sexuality and gender identity.

**KEYWORDS:** LGBTphobia; Cisheterosexism; Mental health; LGBT Military Police; Publicization.

## *RESUMEN*

Este artículo aborda temas como la LGBTfobia, el cisheterossexismo/cisheteronormatividad y la salud mental del (de la) policía LGBT+ a través de una delimitación con la policía militar brasileña. Además, el trabajo busca conocer cómo esta asociación de temas se publica en las noticias periodísticas brasileñas. Buscamos dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿cuál es la relación entre los temas LGBTphobia, cisheterosexism y la salud mental del (de la) policía militar LGBT+, presentados en los contenidos del sitio brasileño de noticias G1 entre los años 2018 y 2021? Como contestación, el objetivo de este trabajo es debatir y analizar la publicación acerca de la LGBTfobia y el cisheterossexismo, relacionándolos con la salud mental de los policías LGBT+ dentro de las instituciones policiales militares brasileñas. El artículo utiliza como metodología un estudio bibliográfico que finaliza con un análisis de los contenidos publicados en el

canal de notícias online mencionado anteriormente. Como proposta final, podemos mencionar que, entre las noticias analizadas, existe una relación de equivalencia entre los términos LGBTfobia y cisheterosexismo, así como una asociación de estos con el estado de salud mental de los policías militares LGBT+ que han experimentado algún episodio de prejuicio, discriminación o persecución dentro de las instituciones policiales militares por su sexualidad e identidad de género.

**PALABRAS CLAVE:** LGBTfobia; Cisheterosexismo; Salud mental; Policía Militar LGBT+; Publicación.

## INTRODUÇÃO

A produção deste artigo toma como base o fato de que o ambiente policial e/ou militar parece ser marcado por um grau superior de LGBTfobia<sup>1</sup> e que existem modalidades peculiares dessa prática discriminatória perpetrada contra os agentes não cisheterossexuais que compõem as polícias brasileiras, notadamente as militarizadas, práticas que são comumente publicizadas em reportagens jornalísticas veiculadas na mídia brasileira. Por outro lado, a produção deste texto reflete acerca do fato de que alguns servidores da segurança pública brasileira reproduzem conteúdo LGBTfóbico na internet e por esta razão podem ser considerados agentes promotores de ação LGBTfóbica. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2020), por exemplo, divulgou estudo demonstrando que os policiais, especialmente os militares, estão entre aqueles que mais reproduzem conteúdo LGBTfóbico nas redes sociais.

A partir destas premissas, a primeira parte do artigo se dedica a pontuar a aceitação e o preconceito das sexualidades em recortes na história da humanidade, com associação entre teóricos como Foucault (1984); Ullman (2005); Pastore (2011); Arruza, Fraser & Bhattacharya (2019) e Freud (2016). Há também uma reflexão sobre como um sistema de crenças e como uma construção de realidade sociocultural podem interferir nas liberdades individuais das pessoas LGBT+, com reflexões em Federici (2017), Lévi-Strauss (1975), Platão (1949) e Spi-

---

1 Em que pese a possibilidade de utilização de outros termos, mais ou menos amplos, como “homofobia” ou “LGBTQIA+fobia”, por questão de padronização, escolheu-se LGBTfobia por ser o termo adotado na 3ª, e mais recente, Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Brasil, realizada em Brasília, em abril de 2016.

noza (2009).

Na segunda etapa, em um recorte da temática, é feito um levantamento das práticas LGBTfóbicas dentro das polícias brasileiras por meio da discussão de uma estrutura cisheteronormativa. Lima (1997), Bourdieu (2002), França (2016), Eribon (2008), La Boétie (1987) e Foucault (1987) são os autores acionados para esse recorte. Em seguida é levantado um questionamento sobre a possível relação dessas práticas com o adoecimento mental do ser humano regido por um Estado, baseado em Espinosa (2015), Jaeger (1979), Spinoza (2009) e Rezende (2010).

Após este levantamento bibliográfico, houve a preocupação em examinar como essa temática é publicizada em um recorte da mídia jornalística no Brasil. Assim, é realizada uma análise de conteúdo de matérias jornalísticas que veicularam LGBTfobia contra policiais militares brasileiros(as), a cisheteronormatividade das instituições policiais brasileiras e a saúde mental do policial militar LGBTQ+ em matérias noticiadas no portal de notícias online G1 nos anos de 2018 até 2021<sup>2</sup>, tendo Bardin (2011) como a principal referência teórica.

Por fim, são sugeridas políticas de reparação da dignidade de policiais LGBTQ+ como forma de uma possível saída para essa problemática social dentro das instituições policiais brasileiras, assim como considerações finais que relatam as reflexões bibliográficas em associação com o conteúdo publicizado destas práticas contra policiais LGBTQ+ no canal jornalístico online G1.

## **BREVES APONTAMENTOS SOBRE CRENÇAS E LIBERDADES INDIVIDUAIS EM REGIMES DISTINTOS DE ACEITAÇÃO DE SEXUALIDADES**

A existência de sexualidades não hegemônicas é um traço da humanidade. Nos vestígios deixados por nossos antepassados, percebemos que, em diversas regiões e períodos históricos, há relatos de experiências sexuais que fogem aos padrões impostos pela atual normatividade cisheterossexual. As leis hititas, herdeiras do Código de Hamurabi, do segundo milênio a.C., reconheciam formas de união

---

2 Houve a inserção de uma matéria para pré-teste de 2010 e o ano de 2021 foi realizado somente até o mês de agosto.

marital entre pessoas do mesmo sexo. A tumba de Akhenaton, faraó do Antigo Egito, apresenta figuras dele em posições íntimas com seu companheiro, contrariando a maioria das outras tumbas cuja simbologia é marcada pela presença de um homem com uma mulher. Na mesma nação “dádiva do Nilo”, há relatos mitológicos de relações homossexuais envolvendo deuses como Hórus e Seth. De igual modo, há milhares de anos, as deidades hindus circulam em uma espécie de androginia, ora assumindo formas masculinas, ora formas femininas (BRANCA-GLION JR., 2011; FARO, 2015).

Apesar de não se confundir com a relação homossexual da contemporaneidade, na Grécia Antiga, notadamente entre a aristocracia, a relação homossexual entre homens mais velhos e outros mais jovens, conhecidos como “*erastas e erômenos*”, acompanhada de certas convenções e etiquetas, era culturalmente aceita, incentivada e tida como pedagógica. Em algumas cidades, como Atenas e Esparta, a prática conhecida como *paidierastia* (“amor a meninos”) era tida como forma de transmissão de conhecimentos, experiências ou troca de saberes na preparação para a guerra. Os soldados espartanos, por exemplo, eram estimulados a manterem relacionamentos sexuais entre si como forma de coesão social e incentivo à proteção mútua (FOUCAULT, 1984; ULLMAN, 2005).

Pastore (2011) aponta que a grande capacidade militar do Batalhão Sagrado de Tebas, uma unidade bélica de elite grega que obteve vitórias durante os quarenta anos de sua existência, criada em 378 a. C., formada por cento e cinquenta casais de homens que se amavam, ocorreu devido ao primoroso preparo físico, à liderança de Epaminondas, a suas inovadoras estratégias de luta, mas, sobretudo, graças à ligação homoafetiva de seus integrantes. Não é difícil encontrar passagens de pensadores da época incentivando tal estratégia de guerra, que se confundia com um modo de vida. Platão (1998, p. 178e), por exemplo, defendia que:

Um homem apaixonado, certamente não iria escolher, em vez de ser visto por todo o resto do exército que por seu amado se abandonasse o seu posto ou jogasse fora suas armas; antes disso, ele prefere morrer muitas mortes: enquanto que para deixar a pessoa amada em apuros, ou não o socorrendo do perigo, ninguém é tão covarde que a influência

do amor não pode inspirá-lo com uma coragem que faz dele o mais bravo como se assim tivesse nascido; e sem dúvida o que Homero chama de “fúria inspirada” por Deus em certos heróis é o efeito produzido por amantes como um peculiar poder do Amor. Além disso, somente no amor é que está o consentimento para morrer pelos outros [IV a. C.].

No mesmo caminho, Plutarco [II d. C.] (1991, XVIII, p. 04) compreendia que um “grupo cimentado sobre os laços da amizade baseada no amor nunca se romperá e é invencível; já que os amantes, envergonhados de não serem dignos ante a vista de seus amados, e os amados ante a vista de seus amantes, desejosos se arrojaram ao perigo para o alívio de uns e outros”. Dentre os personagens mais conhecidos da época estão Sócrates, filósofo do século V a. C., que, como outros, mantinha relações homossexuais e acreditava que o coito anal era forma de inspiração; e o imperador Alexandre, o Grande, aluno de Aristóteles, que possuía vários amantes, tornando-se o mais famoso deles, Heféstio. Após seu reinado, acontece a anexação das ilhas e península grega, as transformando em um protetorado da República Romana.

Durante o Império Romano, especialmente quando o Imperador Constantino se converte à fé cristã, no século IV, e o cristianismo logra o êxito da obrigatoriedade de seus ritos e práticas monogâmicas, acontece a recriminação pública às sexualidades divergentes. A partir de então, se encontram relatos de castigos aplicados a homossexuais, pondo em prática penalidades para levar a cabo a crença de que as relações sexuais deveriam ter como fim exclusivo a reprodução, compreensão derivada da fé judaica. Em 533, por exemplo, o Imperador Justiniano impôs àqueles que viviam relações consideradas adúlteras e às relações homossexuais a pena de morte.

Em período histórico posterior, não por acaso conhecido como “Idade das Trevas”, os três marcos mais evidentes da perseguição de sexualidades que divergissem dos padrões impostos – monogâmico, cisgênero, heteronormativo e com finalidade/obrigatoriedade reprodutiva – talvez sejam a transformação dos homossexuais em bodes expiatórios da Peste Negra (NAPHY, 2006), a Santa Inquisição e a “caça às bruxas” de mulheres tidas como hereges. Segundo Green (2000, p. 56),

Uma pessoa culpada por essa ofensa [sodomia] era conde-

nada à fogueira e podia ter suas propriedades confiscadas. Entre 1587 e 1794, a Inquisição portuguesa registrou 4.419 denúncias. Estas incluíam tanto os suspeitos de terem praticado sodomia quanto os que forneciam confissões atestando o fato de terem cometido o “pecado abominável e pervertido”. Do total, 394 foram a julgamento, dos quais trinta acabaram sendo queimados: três no século XVI e 27 no século XVII. Os que não recebiam a pena de morte podiam ser condenados a trabalhos forçados nos navios de guerra do rei ou ao exílio temporário ou perpétuo na África, Índia ou no Brasil. Em geral, essas duras punições eram aplicadas após o condenado já ter tido suas propriedades confiscadas e sido brutalmente chicoteado em público.

Federici (2017) aponta que, no final da Idade Média, a Igreja Católica atuava para destruir o controle que as mulheres exerciam sobre sua função reprodutiva e, notadamente, quando o lento crescimento populacional se tornou uma preocupação social, a “heresia” também passou a ser associada a outras práticas que colocassem em risco a reprodução – a sodomia, o infanticídio e o aborto. Em seus estudos, ela defende que o assassinato de centenas de milhares de mulheres foi, juntamente com a colonização e a dominação de povos latino-americanos e africanos, um aspecto fundacional do modo de produção capitalista, baseado na propriedade privada, na centralidade do trabalho e na ocultação da “mais valia” derivada do serviço não remunerado das mulheres enquanto trabalhadoras e produtoras de mão de obra.

Essa construção cristã ocidental pode ter preparado o solo para o estabelecimento de dois fatores que tornam as relações não cisheterossexuais “impotentes”, um deles está relacionado à construção de um sistema de crença contra os relacionamentos homoafetivos e o outro se relaciona à construção de uma realidade sociocultural normativa. Encaramos “impotência”, assim como o filósofo holandês Spinoza (2009, p.15), compreendia tomando a liberdade enquanto potência, “[...] uma virtude, ou seja, uma perfeição: por isso, tudo quanto no homem é sinal de impotência não pode ser atribuído à sua liberdade”.

Sobre o sistema de crenças, podemos realizar uma analogia às crenças por “enfeitiçamento” de Lévi-Strauss (1975). Neste modelo, está presente uma tríade em que se associa a “crença da magia”, a “crença do feiticeiro” e a “opinião coletiva”. Por meio dela, podemos

inferir que, em uma base cristã ocidental (católica apostólica romana e protestante, como exemplos), há um sistema de crença em que a homoafetividade, além de ser um “pecado”, impediria uma pessoa em ser aceita na vida “*post mortem*”, defendida por estas religiões. A tríade estaria assim manifesta: uma magia criada sobre a ideia de que pessoas homossexuais não seriam aceitas no “reino dos céus” se persistissem neste “pecado”; uma aceitação social dessas pessoas homossexuais em não viver sua potência natural homoafetiva em nome de uma religião; e a opinião pública da família, de membros da igreja e de toda uma sociedade que reforçavam essa crença por meio da opinião pública. Para a compreensão da nossa reflexão, o sistema de crença foi associado à criação de símbolos culturais, como a religião e seus dogmas. Ao acreditar nas normas socioculturais e ao tentar abdicar de sua liberdade individual para seguir em um sistema de crença, o ser humano pode pagar com a “vida” por acreditar em uma crença limitante coletiva.

O segundo fator gerador do que denominamos “impotência” estaria relacionado à visão limitante de realidade em que muitos se encontram na sociedade. Usando como referência a “alegoria da caverna de Platão” (1949, p. 315), podemos crer que algumas pessoas podem estar “[...] lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente”. A limitação em uma caverna, ou no dizer contemporâneo, em um sistema de “bolhas”, acaba por limitar as pessoas em ter um menor ou um maior contato com outras realidades, gerando desconhecimento, medo e incompreensão.

Em uma associação sobre pensamentos de Platão (1949) e de Lévi-Strauss (1975), mesmo que em lugares teóricos e temporais distintos, talvez possamos explicar o fato de que muitos, incluindo policiais LGBTQ+, por questões socioculturais e/ou religiosas, não enxergam e/ou compreendam o mundo além de uma única possibilidade sexual ou de gênero: ser cisgênero, heterossexual, casar e ter filhos (as). “Portanto, se alguém o forçasse a olhar para a própria luz, doer-lhe-iam os olhos e voltar-se-ia, para buscar refúgio junto dos objetos para os quais podia olhar, e julgaria ainda que estes eram na verdade mais nítidos do que os que lhe mostravam?” (PLATÃO, 1949 p. 317).

Em sentido contrário, talvez reconhecer a própria natureza e enfrentar um sistema de crença sociocultural seja um processo dolorido que não doa apenas os olhos. Parafraseando Lévi-Strauss (1975), notamos que muitas pessoas adoecem para não morrer e “morrem” para não adoecer ainda mais. Talvez isso explique o fato de que alguns policiais LGBTQ+ morrem no sentido de tentar apagar as suas potências naturais e ficam mentalmente adoecidos por acreditarem que estão “doentes” por serem quem são.

Ao problematizar a perseguição aos que rompiam/rompem a normatividade sexual imposta pelo sistema político-econômico-cultural-religioso, sabemos que, até que o termo “homossexualismo” fosse cunhado pelo escritor vienense Karol Maria Benkert, em 1869 (NAHPY, 2006), categorizando essa prática enquanto uma patologia, um longo e doloroso caminho foi percorrido esquadrihando sexualidades enquanto “perversas” e ampliando as forças de dispositivos de poderes médicos sobre determinados corpos. “Inversão”, “Pederastia”, “Uranismo”, “Hermafroditismo Psíquico”, “Degenerações” foram termos comumente empregados para compreender, delimitar e controlar expressões, papéis e desejos (FREUD, 2016).

Nesse trajeto, o reacionarismo sexual e o “neotradicionalismo” buscaram patologizar, criminalizar e punir práticas que supostamente violariam duradouras leis divinas ou familiares, se autorizando, para tanto, apedrejar “adúlteras”, submeter gays a terapias de conversão ou conferir chibatadas públicas em lésbicas. Em consórcio com a monogamia homologada pelo sistema capitalista de transmissão de bens, com a heterossexualidade tida como obrigatória e com a rigidez binária nas expressões de gênero, eles se conformaram em uma série de tradições, costumes e crenças para construir a masculinidade tida hoje como hegemônica (ARRUZA; FRASER; BHATTACHARYA, 2019).

Essa masculinidade parece ser formada por características sociais sedimentadas ao longo do tempo que incluem o monopólio do uso força física, o cerceamento a manifestações públicas de sentimentos e emoções, a restrição à publicização de possíveis preocupações com a estética corporal, a pouca evidenciação do cuidado para com a própria saúde, o impedimento de gestos afetuosos para com pessoas de mesmo sexo e o próprio cerceamento das potências naturais do ser e em suas liberdades de manifestação individual.

## **PRÁTICA LGBTFÓBICAS/CISHETEROSSEXISTAS NAS POLÍCIAS BRASILEIRAS E A SAÚDE MENTAL DO POLICIAL LGBT+**

Preliminarmente, vale ressaltar que, ao escrever o artigo, ficamos duvidosos acerca de quando empregar os termos LGBTfobia ou cisheterossexismo. Por isso, apenas para nossa compreensão, valemos do primeiro para nos referirmos a uma prática discriminatória, individual ou coletiva, e o segundo para fazer referência a uma estrutura normativa que autoriza ou impõe essa prática. Entendemos que, assim como o machismo, o racismo e o capacitismo se estruturam enquanto ideologias socioculturalmente construídas, o cisheterossexismo diz respeito a uma matriz de gênero que impõe a heterossexualidade e a cisgenreidade como obrigatórias, autorizando a discriminação e a violência LGBTfóbicas.

Nesse diapasão, em uma analogia com construções normativas que versam sobre outras opressões<sup>3</sup>, a LGBTfobia pode ser compreendida como toda forma de emoção, sentimento ou atitude negativa – como silenciamento, aversão, desprezo, desconforto, vergonha, ódio, perseguições às pessoas não heterossexuais ou não cisgêneras, ou seja, aquelas que não se atraem afetivo-sexualmente pelo sexo oposto e/ou aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao que lhe foi atribuído no nascimento. A prática LGBTfóbica leva à classificação e à exclusão de pessoas identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não-binárias, *queers*, e todas aquelas que experimentam um regime de sexualidade tido por sexo-divergente, comprometendo ou anulando o exercício de seus direitos humanos, em igualdade de condições às pessoas heterossexuais/cisgêneras.

Na mesma perspectiva, para facilitar nosso entendimento, sexualidade pode ser compreendida como um aspecto da vida humana que engloba sexo, desejo, prazer, afeto, intimidade, reprodução, mas também identidades, papéis de gênero e orientação sexual em suas inter-relações com as instituições sociais, cujo desenvolvimento saudável é primordial para o bem-estar do indivíduo e da coletividade (LOURENÇO, 2008).

---

3 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência auxiliaram nesta descrição dos autores sobre LGBTfobia.

No Brasil, desconhecemos levantamentos oficiais que aprofundem reflexões acerca das práticas LGBTfóbicas dentro das corporações policiais e desconhecemos dados estatísticos acerca de quantos seriam os policiais LGBTQ+ dentro dessas instituições de segurança. De grosso modo, sabemos que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), em 2018, o Brasil possuía em atividade 462.431 policiais militares, e 130.174 policiais civis, incluindo os federais. Estima-se ainda que o efetivo das guardas municipais esteja entre 150 e 200 mil servidores<sup>4</sup>. Somando-se a estes outros agentes de segurança – policiais penais, policiais técnico-científicos, bombeiros ou agentes de trânsito, podemos estar nos referindo a um público que se aproxima a 1 milhão de servidores. Entretanto, ainda não houve um levantamento acerca da orientação sexual e identidade de gênero na segurança pública brasileira.

Ainda que não saibamos o tamanho da população LGBTQ+ *interna corporis* das agências legitimamente autorizadas a empregar a força, de tempos em tempos, conhecemos alguns de seus integrantes pelas violações que sofrem e são publicizadas na mídia jornalística brasileira. Elas parecem indicar que a atividade policial é construída dentro de um campo de repulsa à feminilidade, representada por mulheres e pela comunidade LGBTQ+. Parece haver uma preocupação indisfarçada por parte das instituições policiais, que se manifesta desde a seleção de novos servidores, passando pelos cursos de formação, até a atuação na atividade-fim, no sentido de reiterar que a postura adequada de um “bom policial”, ou um policial “desejável”, é aquela que está dentro de um tom de masculinidade, coragem, belicosidade, ou outros predicados capazes de intensificar a faculdade do uso da força, mesmo que dela não seja necessário fazer uso ordinário<sup>5</sup>.

Uma visão ainda prevalecente é a de que a essência do fazer segurança se revela na exteriorização de uma atitude viril, como ocorre ao se manter o semblante nublado, os braços cruzados, a testa franzida e uma postura marcial em qualquer contato com cidadãos considerados suspeitos, comportamentos que repelem uma saudação generosa,

4 Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-006-19-previdencia-social/expedientes-recebidos/fenaguardas>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

5 Ao analisar pesquisas do *Bureau of Justice Statistics* com pessoas abordadas pelas polícias nos Estados Unidos da América, constata-se que o uso da força, ou a ameaça de uso, se deu em apenas 1,5% das ocorrências. Vale lembrar que as polícias estadunidenses não são exemplos de cordialidade. Não encontramos pesquisa semelhante no Brasil. *Bureau of Justice Statistics*, 2008. Disponível em: <<http://www.bjs.gov/index.cfm?ty=tp&tid=703>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

um sincero aperto de mão ou um sorriso. Assim, de certo modo, o que se combate não é somente a presença de uma figura LGBTQ+ no seio da corporação, mas a transposição do que costumou-se considerar feminino, como a doçura, a preocupação e o cuidado para com outrem, para a prática policial.

Isso se percebe na medida em que, ainda **no processo seletivo** das corporações policiais, a escolha de quem poderá assumir o cargo acontece parametrizada por procedimentos cisheterossexistas. Nele, é frequente a hipervalorização de atributos físicos e de signos que evidenciam a disponibilidade de força, frente a atributos que seriam mais adequados à administração e mediação de conflitos, papel fundamental de agentes de segurança (LIMA, 1997). Para se concretizar esse fim, um disfarce é empregado por meio de exigências no campo da saúde ou no teste da capacidade em se realizar determinadas tarefas de “aptidão física”, que acabam por levar à exclusão de pessoas com deficiência e mulheres por caírem em um subjetivismo ao se buscar parametrizar a proporcionalidade/disponibilidade de força a ser medida em cada grupo. Nesse mesmo diapasão, outros mecanismos simbólicos, como a aplicação de “perfis profissiográficos”, levam à exclusão de LGBTQ+, mulheres e das feminilidades. Em 2018, por exemplo, um Edital para seleção de cadetes da Polícia Militar do Paraná – alunos que se preparam para a carreira do oficialato, apontou a “masculinidade” como um dos critérios naquele exame psicológico. No Anexo II do criticado edital, “masculinidade” foi definida como a “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não se emocionar facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor”<sup>6</sup>.

O que se percebe em editais como esse é a tentativa de exclusão de determinadas pessoas lastreada por um poder simbólico que seria concedido à masculinidade, já que nada garante que aqueles que se emocionam com facilidade ou que se interessam por histórias românticas sejam policiais que desenvolvem ações aquém de outros mais “brutos” ou “não românticos”. Por isso mesmo, Bourdieu (2002) define que o poder simbólico é baseado em esquemas de pensamento de aplicação universal, naturalizados nas diferenças anatômicas dos

---

6 Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/Concurso?concurso=CFO2019>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

corpos e órgãos sexuais, extremamente marcantes por se apresentarem embasados numa pseudoneutralidade que se julga independente de legitimação. É esse mesmo poder que faz imperar na ordem do cotidiano um quase consenso no sentido de que a atividade policial estaria mais ligada aos músculos que ao cérebro; mais vinculada à capacidade de transportar uma arma de grosso calibre que à desenvoltura para a mediação de conflitos, quando a disponibilidade de força física não deveria ser o traço distintivo, e limitador, para seleção de pessoas que atuarão como representantes do Estado na segurança pública.

Ocorre que, vencida esta triagem, os vencedores no processo seletivo para ingresso na corporação policial encontrarão as garras do cisheterossexismo no **silenciamento** ou exclusão da possibilidade de compartilharem suas experiências afetivas ou sexuais com outros alunos nos cursos de formação policiais. França (2016) relata como a invisibilidade quanto à própria sexualidade se fez presente na vida de quatro jovens alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia. Em uma pesquisa qualitativa, ele conclui que os entrevistados negam publicamente sua dimensão sexual e afetiva em busca da segurança em não serem “assumidos” para se protegerem do preconceito.

Na sociedade em geral, mas neste ambiente relatado de modo mais vigoroso, a homossexualidade, e todas as formas de sexualidade não heteronormativa, passa a ser compreendida como um “aspecto da vida privada” adstrito apenas àqueles que “a praticam”. Se ali mantida, eles podem inclusive obter a concessão de ser tolerada. É como se o afeto público, os sonhos, as experiências, os desejos, as conquistas de um casal não cishetero não merecessem desfilarem pelos diálogos e discursos normalizados pela linguagem. Deste modo, ao ousar publicizar algo que se convencionou como “íntimo” ou “privado”, uma fenda, às vezes silenciosa e constrangedora, mas sempre dolorida e perturbadora, é aberta – ação que, para alguns, é impossível de ser ouvida ou presenciada. Como diria Eribon (2008, p. 70):

[...] os homossexuais têm práticas homossexuais, mas devem escondê-las e calá-las e, se forem descobertas, serão excluídos do exército (ou da Igreja). E vemos bem que o que coloca o problema não é tanto ser homossexual, mas dizê-lo... pois se a possibilidade de dizê-lo fosse admitida oficialmente, toda a inferioridade e a vulnerabilidade dos gays e

lésbicas, e, portanto, todos os meios de controle que podem se exercer sobre eles, estariam anuladas. Logo, o controle da homossexualidade repousa sobre o silêncio imposto e sobre a dissimulação forçada e, sobretudo, sobre o sentimento de culpa e de inferioridade que não pode deixar de ser produzido pela inscrição nas consciências individuais da clivagem entre o que se é e o que se pode fazer, entre o que se é e o que se pode dizer.

Uma outra violência LGBTfóbica será encontrada pelo policial já inserido nesse meio no processo de **desconfiança aos não “homologados”**. Na atividade policial, especialmente em início de carreira, cada ação executada depende de uma homologação a ser obtida dos demais agentes. Essa chancela não é necessariamente medida por índices de produtividade, ou alcance de determinados resultados, mas sim pela aprovação de condutas executadas dentro de padrões esperados de “virilidade” e “macheza” por parte daqueles que detêm o poder de chancelar. Na ontologia policial, a virilidade é caracterizada pela necessidade de aprovação do segmento masculino. Essa espécie de chancela se revela em momentos nos quais o agente demonstra coragem, força, destemor, intrepidez, dentre outros signos tidos como de masculinidade.

Para explicar esse fenômeno, que não é uma exclusividade das instituições policiais, Bourdieu (2002) adverte que o que chamamos de coragem é, na verdade, a manifestação da covardia, pois encontramos o medo de ser excluído do mundo dos “durões” como sendo a essência dessa busca por reconhecimento dos pares, daí a necessidade de comprovar que se consegue ser duro com o próprio sofrimento e mais duro ainda em relação ao sofrimento alheio. O sociólogo explica a virilidade de maneira relacional, construída para a homologação dos demais homens e frente àquilo que é considerado feminino, já que associar um homem à passividade, à meiguice, à docilidade é uma forma de destitui-lo de poder, também simbólico, que lhe confere o falo e a penetração.

Nesse mesmo sentido, é fácil notar que o “desempenho” da heterossexualidade masculina cria laços de fidelidade que se ligam com um simples olhar, baseados em compromissos silenciosos que foram ajustados durante um processo especial de socialização, cujo bilhete de acesso é a testosterona. De certa forma, quando um juiz decidia que o

homem podia assassinar a esposa em legítima defesa da honra, estava se colocando no lugar do “macho traído” e aliando-se a ele para manter uma regra de dominação. Levantamos essa questão porque há, na segurança pública, a presença forte do mito de que o LGBTQ+ e a mulher são mais **propensos à delação, à quebra das regras de lealdade**. Essa crença, também presente nos grandes sistemas mafiosos, está ligada ao fato de que LGBTQ+ e mulheres não foram convidados a compactuar dessa aliança vigorosa, sendo, desse modo, descompromissados ou menos coniventes com as associações não verbais existentes entre os machos. Em vista disso, LGBTQ+ e mulheres na polícia, para serem considerados confiáveis e “boa gente”, devem dar sinais de que aderiram a esse pacto invisível, se masculinizando na forma de tratar assuntos ligados à sexualidade, o que compreende saber falar sem pudores aquilo que o grupo masculino consentir, e, saber ainda mais, manter a discrição quando os olhares assim o exigirem.

Ao compactuarem com a masculinização da sexualidade nas instituições policiais, é como se esses/essas policiais LGBTQ+ estivessem em uma “servidão voluntária”, expressão de La Boétie (1987), pois dentro de um Estado democrático não podemos negar a existência de uma tirania alimentada pelos próprios tiranizados, assim como retrata o autor. Então, por mais que alguns indivíduos inseridos em um Estado tenham suas liberdades reconhecidas como direitos individuais ou coletivos, ainda assim se “sentem corrompidos pela servidão” (AUTOR, ano, página).

La Boétie (1987) faz uma relação entre liberdade e servidão. Para ele, uma vez perdida a liberdade, um bem tão imensurável, os males da servidão invadem aquele espaço. Assim, a liberdade para o autor perde um pouco o sentido após ser corrompida pela servidão (LA BOÉTIE, 1987). Então, compreendemos que por mais que os policiais LGBTQ+ tenham o suporte de um Estado para viver suas liberdades individuais, ainda assim exercem uma “servidão voluntária” em relação às instituições policiais e podem eles mesmos alimentarem esse pacto invisível.

Como se é possível imaginar, a utilização de parafernálias policiais e militares – como fardamento, bastões táticos, botas táticas, escudos, armamentos – requer um condicionamento do corpo a determinados padrões. Para tanto, todos os corpos selecionados serão trei-

nados, moldados, disciplinados para que “representem publicamente a corporação” a partir de determinada doutrina, sintonia e estética. Para fazer uso de um termo de Foucault (1987), todos serão “docilizados”, quando qualquer traço de liberdade e criatividade que extrapolam a norma serão reprimidos. Esse quadro pode ser compreendido como de violência sobre o corpo para que caiba dentro de um outro corpo, desejado, pronto para receber aptidões e qualificações para engendrar um trabalho. Essa violência não acontece apenas contra LGBTQ+; envolve, pelo contrário, todo o corpo de policiais. Entretanto, ela acaba por ser mais vigorosa para com essa população minoritária posto que o disciplinamento ocorre justamente para levar a cabo o apagamento das subjetividades, das diferenças e para que todos se adaptem a normatividades tidas por masculinas quando, a partir de então, estarão aptos a multiplicar esse fazer *interna corporis* e na comunidade “paisana”.

Dando prosseguimento a nossa análise, de todas as violências experimentadas pelos “transgressores” que ingressam na corporação policial, talvez a **injúria** seja a mais evidente para um observador atento às trivialidades dos bastidores dessa profissão. “Viado”, “Sapatona”, “Baitola”, “Bichona”, “Travecão” são termos recorrentes em ambientes marcados pela hegemonia masculinista e que acabam por ser um gatilho que confere a quem os profere poderes para estabelecer hierarquizações e inferiorizações ao equiparar o objeto dessa nomeação ao que é pequeno, sujo, vil, vergonhoso ou jocoso. Nos ensinamentos de Eribon (2008), o ser LGBTQ+ é apresentado ao mundo pela injúria. Ela preexiste a ele e se inscreve em sua memória, em seu corpo e em todas as suas relações. A injúria é uma sentença, um veredito, uma condenação perpétua com a qual se terá que aprender a lidar. Para o autor:

Um gay aprende a sua diferença sob o choque da injúria e seus efeitos, dos quais o principal é seguramente a conscientização dessa dissimetria fundamental instaurada pelo ato da linguagem: descubro que sou alguém de quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém a quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém que é objeto dos olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e discursos.

[...]

Vê-se aqui que a injúria é, a um só tempo, pessoal e coletiva. Visa um indivíduo particular ligando-o a um grupo, uma espécie, uma raça, ao mesmo tempo que busca atingir uma fai-

xa de indivíduos tomando por alvo uma pessoa que dela faz parte. O insulto opera por generalização, e não por particularização. Globaliza mais que singulariza. Trata-se de atribuir a uma categoria (designada em seu conjunto ou na pessoa de um indivíduo) traços que são constituídos como infamantes e que são considerados aplicáveis a todos os indivíduos que compõem essa categoria. Assim, a injúria pode atingir também aquele que não é o destinatário direto dela: ele também é o destinatário. (ERIBON, 2008, p. 28;93)

Ocorre que a linguagem injuriosa pode ser apenas o primeiro degrau de uma escalada de muitas modalidades de violações contra aqueles que insistirem em viver livremente sua sexualidade, posto que uma outra modalidade sancionatória, mais perigosa e dolorida para quem é vítima dela, é a **esquiva**, método de segregação que ocorre nas experiências de socialização em “horários de folga” ou no próprio ambiente de trabalho. A primeira versão se dá, por exemplo, com não convites, ou desconvites, para participar de eventos sociais para os quais todos os demais cishetero foram convidados. A segunda pode acontecer na escolha de não compartilhamento do mesmo espaço laboral, na escusa em dividir a mesma equipe de ronda ou na negativa em dividir o mesmo alojamento – lugar corriqueiro na vida policial.

Quando todos os dispositivos elencados – seleção norteadas por parâmetros cisheterossexistas, empreendimentos silenciadores, desconfianças sobre a lealdade, injúrias reiteradas, esquivas – foram incapazes de reprimir uma sexualidade que se deseja pública e igualmente valorosa, os “transgressores” LGBT+ da polícia podem ainda sofrer com o acionamento de outros dispositivos institucionais sancionadores na tentativa de devolver o laço que não poderia se ter rompido por esta “sexualidade assanhada”. É quando ameaças de não ascensão na carreira, transferências forçadas, imposição de trabalhos não inerentes às competências funcionais, assédios morais vêm à tona. Em última instância, quando é ainda intransponivelmente inviável conter a livre expressão desses corpos desviantes, outras ferramentas administrativas de controle, agora bem mais poderosas, são convocadas: “Corregedoria”, “Regulamento Disciplinar”, “Processo Administrativo”, “Demissão”.

Para exemplificar, lembramos o caso dos sargentos do Exército Brasileiro Fernando Alcântara de Figueiredo e Laci Marinho de Araújo, tidos como o primeiro casal de militares que deram publicidade à sua relação marital. Ao fazê-lo, eles foram presos administrativamente,

ao vivo, quando eram entrevistados em programa de auditório de grande audiência em rede nacional de televisão; responderam processo por deserção e uso irregular de uniformes; sofreram uma série de retaliações e foram punidos com a transferência de um deles para localidade distante mil quilômetros da lotação do outro<sup>7</sup>. Vale lembrar que o Código Penal Militar brasileiro não prevê a proibição de alistamento de LGBT+ nas forças armadas, mas prevê a “pederastia ou outro ato de libidinagem” como crime.

Para citar um exemplo mais recente, em 2018 o soldado da Polícia Militar de São Paulo Leandro Prior sofreu inúmeros ataques homofóbicos nas redes sociais, inclusive ameaças de morte, especialmente lançadas por colegas de profissão, quando teve um vídeo publicizado. Pelas imagens, era possível ver o policial dando um “selinho” no namorado, dentro do metrô, estando uniformizado, comportamento que é comum entre casais heterossexuais. A Polícia Militar daquele estado instaurou processo administrativo disciplinar, onde informava não apurar o beijo, mas sim o fato de que o coldre onde o soldado guardava sua arma havia sido esquecido aberto, algo ainda mais corriqueiro na atividade policial. O próprio governador do estado, Márcio França, concedeu entrevista afirmando que “a farda precisa ser respeitada”. Após esse fato, o soldado sofreu novos processos administrativos por ter se casado vestido com o uniforme da PM, prática banal entre casais heterossexuais, o que o levou a se internar em uma clínica para tratamento de depressão<sup>8</sup>.

Percebe-se que as punições para tais desencaixes são muitas e com potencial para conduzir a demissão, depressão ou suicídios. Em 2005, por exemplo, um policial militar de Goiás, em seu horário de folga e não usando símbolos da corporação, foi flagrado em “ato libidinoso” com outro homem, dentro de um bosque da capital goiana. Em que pese o fato de a polícia surpreender casais heterossexuais em práticas similares com razoável frequência e em ambientes, por vezes, mais públicos, o soldado foi demitido porque seu ato foi considerado “atentatório à dignidade policial”<sup>9</sup>.

7 Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/426532/complemento\\_2.htm?sequence=](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/426532/complemento_2.htm?sequence=)

3>. Acesso em: 10 jan. 2021.

8 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/26/pm-investiga-soldado-que-usou-farda-ao-pedir-namorado-em-casamento-no-dia-da-parada-lgbt-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

9 Disponível em: <<https://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/134675/pm-homossexual-e>

Todas essas formas de violência e violações de direitos, desde o processo seletivo que exclui os não cisheterossexuais nas corporações, passando pelo silenciamento dos policiais LGBTQ+ no curso de formação policial e no ambiente de trabalho, pelas desconfianças sobre a lealdade, as constantes injúrias, as esquivas e os processos normativos punitivos podem afetar a saúde mental do policial LGBTQ+, conduzindo-os a tratamentos psiquiátricos para tratar de depressões, desejo de morte e outras doenças.

Aqui, baseados novamente em Espinosa (2015), associamos esse adoecimento com a impotência da natureza de cada ser em confronto com a coletividade e as instituições. Por isso, esses profissionais da segurança pública LGBTQ+ podem adoecer mente e corpo, pois equilibrar a potência natural individual do ser humano com as potências naturais de outros indivíduos, associados às crenças e construções de realidade, se apresenta como um grande desafio. Assim, pensar a saúde da mente é compreender, primeiramente, a potência natural de si e, posteriormente, a relação dela com a sociedade.

Quando trazemos à baila o tema adoecimento da mente e corpo, reconhecemos que o começo da medicina já percebia a relação do indivíduo com o ambiente e a coletividade em que pertencia. Para os gregos hipocráticos, apontados na obra de Jaeger (1979, p. 1005), por exemplo, as doenças não eram consideradas um problema isolado; na verdade, as enfermidades eram associadas com toda a natureza que rodeava o indivíduo.

De igual forma, Espinosa (2015) nos leva à reflexão de que a natureza inteira pode ser considerada um indivíduo: “E se continuarmos assim ao infinito, conceberemos facilmente que a natureza inteira é um indivíduo, cujas partes, isto é, todos os corpos, variam de infinitas maneiras, sem nenhuma mutação do indivíduo inteiro” (ESPINOSA, 2015, p. 5). E, por esta razão, nos faz refletir sobre uma mente social, sobre uma construção coletiva de sentidos que nos leva a indagar: quantas potências naturais são levadas à impotência pelo fato do indivíduo estar contido na lógica de uma mente social que não aceita a sua potência natural?

---

demitido-por-atos-libidinosos-incompatíveis-com-a-profissão>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Na tentativa de responder esta questão, o próprio filósofo holandês Espinosa apresenta o Estado como possível mediador deste conflito. Conforme Diogo Pires Aurélio, no prefácio da tradução do Tratado Político de Spinoza (2009, p. XXIV): “[...], o estado é, pois, um direito comum o qual, por sua vez, exprime a potência de uma multidão”. Os Estados são criados e se transformam para a garantia de direitos dos indivíduos em suas heterogeneias, como uma força que deveria legitimar as liberdades individuais e coletivas.

Por esta razão, compreendemos por meio da reflexão de Spinoza (2009) que a “[...] a liberdade não destrói, mas, ao contrário, promove a paz e a piedade no Estado, e como, ao contrário, um regime calcado no medo tem por efeito o adoecimento (*insanire*) do homem e a proliferação da superstição” (REZENDE, 2010, p. 69) (grifo no original). Policiais LGBTQ+ podem trabalhar frequentemente com medo e adoecer suas mentes e corpos pelo simples fato de não terem suas liberdades e potências naturais garantidas dentro das próprias instituições policiais, ou seja, dentro do próprio Estado, que deveria garantir seu direito em ser livre. A seguir, analisaremos alguns casos que interligam LGBTQfobia e saúde mental do policial LGBTQ+.

## **ANÁLISE DO CONTEÚDO PUBLICIZADO NO PORTAL G1 SOBRE LGBTQFOBIA, CISHETEROSSEXISMO E SAÚDE MENTAL DO POLICIAL LGBTQ+ DENTRO DAS POLÍCIAS MILITARES BRASILEIRAS**

A partir da abordagem qualitativa de pesquisa e considerando o aporte teórico-metodológico escolhido, o trabalho se desenvolveu em três etapas: i) levantamento e revisão de bibliografia sobre o tema; ii) pesquisa exploratória e/ou de levantamento documental em bases de dados virtuais (Portal G1), seguindo como parâmetro os termos colados por Flick (2009); e iii) análise do material coletado a partir da técnica de análise de conteúdo, nos termos propostos por Bardin (2011).

Como delimitação do campo do *corpus*, optamos por analisar as comunicações de uma plataforma jornalística online que fosse disponível e acessível em todo território nacional e local (por estados) sem a necessidade de assinatura paga. Então, o portal de notícias G1

foi escolhido por noticiar matérias jornalística no formato online e gratuito desde o ano de 2006 em todas as regiões do país e fora dele. Um outro argumento para a escolha deste portal de notícias foi em relação a ele ser sempre o canal da internet que mais apresentava respostas ao realizar a pesquisa em buscadores da internet, exemplos *Google* e *Yahoo*, por meio das palavras-chave categorizadas na pesquisa.

Notamos, em um primeiro momento, que não havia muito conteúdo veiculado sobre a temática proposta em associação mútua, em uma busca realizada no próprio Portal G1 com as palavras-chave: i) LGBTfobia (e suas variações LGBTQIfobia LGBTQIA+fobia) e homofobia; ii) policial militar gay, lésbica, bi, trans, transexual; iii) masculinidade, heterossexualidade, gênero; iv) saúde mental, depressão, ansiedade, psicólogo, psicologia, psiquiatra e psiquiatria.

Foram encontradas 36 matérias no período de 2018 até agosto de 2021 que versavam sobre policiais militares LGBT+ como vítimas de preconceito pela condição de sexualidade e/ou identidade de gênero. Uma matéria de 2010 serviu de pré-teste para o artigo. Ela está contida na análise por se tratar da notícia mais antiga que alia LGBTfobia, cisheterossexualidade e saúde mental de policiais militares LGBT+. Muitas das 36 matérias não tinham uma associação mútua das temáticas como essa matéria de 2010. Ou só versavam sobre preconceito acerca da sexualidade e/ou gênero dentro das polícias militares brasileiras ou cometidas por esses agentes contra a população LGBT+ fora das instituições, ou só versavam sobre saúde mental de policiais militares, sem estar relacionado com sexualidade e/ou gênero.

Baseada em Bardin (2011), a análise de conteúdo ocorreu da seguinte forma: i) pré-análise com leitura flutuante, escolha dos códigos e preparação do material analisado; ii) enumeração por meio da escolha das regras de contagem (frequência e coocorrência); iii) categorização das associações temáticas; e iv) inferências com a inserção dos levantamentos bibliográficos realizados.

Por meio de uma “leitura flutuante”, uma “pré-análise” (BARDIN, 2011, p. 125) dessas matérias foi realizada e, desta forma, seis notícias foram selecionadas para a análise do conteúdo no período de 2018 a agosto de 2021. Não se tratou de uma amostra representativa,

mas uma amostra com o objetivo de associar integralmente os códigos tratados como temas (BARDIN, 2011, p.135). Os códigos criados na revisão bibliográfica e trazidos para a análise do conteúdo são: LGBTfobia (a); Cisheterossexismo/Cisheteronormatividade (b); saúde mental do policial LGBT (c), denominados a, b e c na análise do conteúdo.

Como hipótese de trabalho nestas codificações, inferiu-se que os códigos (a) e (b) estão em uma coocorrência de equivalência e que os códigos (a)+(b) estão em associação com o código (c) nas matérias jornalísticas selecionadas para análise. Ou seja, LGBTfobia e Cisheterossexismo têm uma certa equivalência no contexto das matérias e esses temas estão diretamente relacionados com a saúde mental do policial LGBT+.

Para facilitar a exposição do conteúdo da análise, construímos a Tabela 01 com os dados de cada matéria jornalística. Nela estão dispostos o título da matéria jornalística, a data de publicação das notícias, assim como o *link* de acesso ao sítio G1 com o conteúdo completo em nota de rodapé. Cada notícia ganhou um número que será trabalhado ao longo do texto; como exemplo, a notícia intitulada “Policiais militares gays se dizem alvo de preconceito na corporação” passou a ser denominada “Notícia 01”.

Após a exposição da seleção dos conteúdos e dos temas quem compõem a codificação da análise de conteúdo, apresentamos a enumeração por meio da escolha das seguintes regras de contagem, frequência e coocorrência, conforme exposto em Bardin (2011, p. 138-143).

Tabela 01- Notícias selecionadas para análise

NOTÍCIAS	TÍTULO DA MATÉRIA	DATA DE PUBLICAÇÃO
Notícia 01 (teste)	Policiais militares gays se dizem alvo de preconceito na corporação <sup>10</sup>	11/03/2010 (teste)
Notícia 02	PM expulsa soldado que denunciou tortura após assumir ser gay em SP <sup>11</sup>	15/04/2018(a)
Notícia 03	'Existem gays na PM, e muitos', diz soldado ameaçado por policiais após beijar rapaz no Metrô de SP <sup>12</sup>	11/07/2018(b)
Notícia 04	Polícia Militar de São Paulo tem 1º policial transexual em quase 200 anos de história <sup>13</sup>	18/04/2019
Notícia 05	'Ele tem medo de como vai ser recebido', diz namorado de PM que postou beijo gay durante formatura no DF <sup>14</sup>	14/01/2020
Notícia 06	Policial trans de SC aguarda há meses atualização de documentos militares para voltar a trabalhar nas ruas: 'Quero reconhecimento' <sup>15</sup>	22/02/2021(a)
Notícia 07	Mulher de soldado que acusa PMs de homofobia diz que 'piada' com foto foi no dia que comemorava 1 mês do filho: 'Desrespeito com a família' <sup>16</sup>	28/05/2021(b)

Fonte: elaboração própria

10 Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1524307-5598,00-POLICIAIS+MILITARES+GAYS+SE+DIZEM+ALVO+DE+PRECONCEITO+NA+CORPORACAO.html>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

11 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/pm-expulsa-soldado-que-denunciou-tortura-apos-assumir-ser-gay-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

12 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/existem-gays-na-pm-e-muitos-diz-soldado-ameacado-por-policiais-apos-beijar-rapaz-no-metro-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

13 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/18/policia-militar-de-sao-paulo-tem-1o-policial-transexual-em-quase-200-anos-de-historia.ghtml>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

14 Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/14/ele-tem-medo-de-como-vai-ser-recebido-diz-namorado-de-pm-que-postou-beijo-gay-durante-formatura-no-df.ghtml>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

15 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/22/policial-trans-de-sc-aguarda-ha-meses-atualizacao-de-documentos-militares-para-voltar-a-trabalhar-nas-ruas-quer-reconhecimento.ghtml>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

16 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/05/28/mulher-de-soldado-que-acusa-pms-de-homofobia-diz-que-piada-com-foto-foi-no-dia-que-comemorava-1-mes-do-filho-desrespeito-com-a-familia.ghtml>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Sobre a frequência, Tabela 02, notamos que na análise temática proposta, os códigos A (LGBTfobia) e B (Cisheterossexismo/cisheteronormatividade) dividem as maiores frequências de aparições como núcleos de sentido nas notícias analisadas. Essa mistura de ambos se deve também à proximidade que os dois temas representam: a LGBTfobia está mais ligada à ação preconceituosa e a cisheteronormatividade se relaciona à estrutura que legitima essa ação preconceituosa, conforme discutido na segunda parte deste artigo.

A notícia 01, utilizada para como pré-teste do artigo, indica esse equilíbrio entre os códigos A e B (sete menções do tema LGBTfobia e sete aparições do tema Cisheterossexismo/Cisheteronormatividade) e apresenta apenas uma aparição da temática C (saúde mental do policial LGBT). Essa reportagem foi escolhida pois é a primeira notícia encontrada no G1 que relatou os três temas propostos para a análise em uma única notícia.

Tabela 02 – Enumeração por frequência

NOTÍCIAS	FREQUÊNCIA
NOTÍCIA 01	A= 7; B=7; C=1
NOTÍCIA 02	A= 4; B=1; C=2
NOTÍCIA 03	A= 11; B=10; C=6
NOTÍCIA 04	A= 4; B=12; C=3
NOTÍCIA 05	A= 8; B=16; C=3
NOTÍCIA 06	A= 4; B=10; C=4
NOTÍCIA 07	A= 8; B=2; C=4

Fonte: elaboração própria

Ao analisarmos as demais notícias, de 2018 até o primeiro semestre de 2021, notamos essa composição em frequência parecida, em que a temática da saúde mental do policial obtém, em quase todas as notícias, a menor frequência de aparição como núcleo das temáticas.

Para começar, a notícia 02 apresenta as menores frequências de todas as temáticas ao se comparar com as demais notícias por se tratar de uma matéria jornalística curta que relata a expulsão de um policial militar que denuncia tortura após assumir sua homossexualidade em São Paulo. O tema LGBTfobia aparece com maior frequência que os demais temas por ser uma reportagem que faz denúncia de violência sofrida pelo policial militar gay.

A notícia 03 é a que apresenta maior frequência de ações LGBTfóbicas, cisheterossexistas e da saúde mental do policial ao mesmo tempo se comparada com as demais notícias. As ameaças sofridas pelo policial militar gay partem, principalmente, dos próprios companheiros militares de trabalho. Ele foi filmado dando um beijo em outro homem no metrô da cidade de São Paulo e percebeu que esse vídeo foi publicado em vários locais, principalmente em grupos de aplicativos de mensagens que continham colegas da polícia militar.

Desta notícia, passamos para a frequência de duas outras notícias relacionadas a policiais militares transexuais que já haviam passado por todo processo de transição de gênero, notícias 04 e 06. A frequência do tema cisheteronormatividade é a mais recorrente que os demais temas elencados. Na notícia 04, por se tratar de **um** policial trans, percebemos uma valorização do conteúdo normativo enaltecendo o gênero masculino em que o policial se tornou, ao passo que na notícia 06, por se tratar de **uma** policial trans, notamos uma tentativa estrutural de reconhecimento do trabalho da policial em detrimento do seu atual gênero feminino.

De igual forma, a notícia 05 também apresenta uma elevada frequência sobre normatividade cisgênera e heterossexual. Trata-se de uma matéria jornalística que entrevista os companheiros de dois polícias militares, um casal gay e um casal lésbico, que postaram fotos de beijos homoafetivos em formatura da polícia militar no Distrito Federal. Essa frequência do tema cisheteronormatividade se deve à repercussão negativa que essa foto tomou por parte dos próprios companheiros de farda da corporação que fizeram comentários cisheterossexistas contra os casais.

A frequência aqui não foi levantada como uma questão quantitativa somente. O intuito foi perceber, qualitativamente, como as reportagens tendem a optar por uma temática em detrimento de outras dentro de cada notícia, assim como relacionadas umas às outras notícias. Essa frequência foi importante para percebermos como os códigos se relacionam em uma coocorrência, mostrada na Tabela 03.

A primeira matéria, notícia 01, faz a seguinte coocorrência: há a associação direta entre os códigos LGBTfobia e cisheterossexismo.

Em algum momento, houve uma certa equivalência entre esses códigos. Houve também uma associação entre o código saúde mental do policial com o código cisheterossexismo. Nesta reportagem, um policial militar homossexual relatou que o seu superior hierárquico o perseguia pelo fato de achar que ele tinha tido um caso com outro policial militar gay. A perseguição institucionalizada, segundo o policial militar entrevistado, foi o que gerou nele um quadro depressivo.

Tabela 03 – Enumeração por coocorrência

NOTÍCIAS	COOCORRÊNCIA
Notícia 01	A, A, <b>A-B</b> , B, A, A, <b>B-A</b> , <b>C-B</b> , B, <b>B-A</b> , B
Notícia 02	A, A, A, C, <b>B-C</b>
Notícia 03	A, <b>A-C</b> , B, A, A, B, <b>A-B</b> , <b>A-B-A</b> , A, B, C, <b>C-B</b> , <b>B-A</b> , B, B, A, C, <b>B-C</b> , C
Notícia 04	B, B, B, C, B, <b>C-B</b> , B, A, C, B, B, A, A, A, B, B, B
Notícia 05	A, B, <b>A-B-A</b> , <b>C-A</b> , B, B, B, B, <b>C-A-B</b> , <b>C-B</b> , B, B, <b>B-A</b> , A, B, B, B, A, B
Notícia 06	B, <b>B-C</b> , B, B, <b>B-C-B</b> , B, B, C, C, <b>C-B</b> , B, A, A, A
Notícia 07	A, B, A, <b>A-C-A</b> , C, C, C, C, A, A, A, A, B

Fonte: elaboração própria

Na segunda reportagem, notícia 02, também há uma associação entre saúde mental do policial e cisheterossexismo. O soldado homossexual apresentava restrições médicas da saúde física por conta de um acidente de trabalho; ele passou a ser considerado um “peso morto” pela unidade de trabalho. Essa questão institucional somada à não aceitação dos colegas de trabalho por conta de sua orientação sexual agravou problemas de saúde mental.

Na notícia 03 há uma equivalência entre os códigos LGBTfobia e cisheterossexismo, assim como uma associação da saúde mental do policial militar com os outros dois códigos. Em um primeiro momento, a notícia mostra que policial militar gay que beijou um rapaz no metrô de São Paulo estava sofrendo **ameaças**; 95% delas eram de próprios colegas policiais militares. Essas ameaças fizeram-no se afastar para tratamento médico mental. Mesmo com provas materiais de ser vítima de homofobia, a instituição abriu **procedimento administrativo** contra o policial por ter deixado o coldre da arma aberto no mesmo vídeo em que aparecia beijando outro homem. Depois do fato, o policial militar chegou a ser internado em uma clínica psiquiátrica e toma remédios contra pânico.

Sobre a notícia 4, a coocorrência funciona da seguinte forma: LGBTfobia e cisheterossexismo se equivalem e saúde mental se aproxima deste último código da equivalência, a estrutura cisgênera normativa. Essa associação entre saúde mental do policial trans e a questão cisheterossexista está marcada pela demora na alteração do documento. No caso em questão, o psicólogo militar ouviu o soldado trans e acatou a mudança dos registros. Contudo, a instituição demorou um ano para reconhecer seu novo gênero. A relação dele com o tratamento psicológico é anterior a tomada de decisão em relatar para a instituição, escolha que se demonstrou uma preparação mental para passar por todo o processo.

Mais uma vez, agora na notícia 5, a equivalência entre LGBTfobia e cisheterossexismo é notada na enumeração coocorrente. Aqui, há uma associação entre saúde mental com os demais códigos. Após ver discursos de ódio sobre a demonstração de afeto com seu companheiro, o policial militar gay da matéria jornalística relata estar abalado e com medo, o que pode vir a afetar sua saúde mental. Já a policial militar lésbica se sentiu ofendida, triste e revoltada com o comentário de um superior hierárquico aposentado sobre a publicidade de seu comportamento afetuosos com sua companheira. O fato de dizerem que ela estava desonrando a instituição à qual ela serve a levou a conviver com insônia.

Parecida com a coocorrência da notícia 4, a notícia 6, que apresenta semelhante relato, só que agora uma policial transexual que, também como o policial militar da notícia 4, quer seus direitos de mudança de documentação no meio militar para outro gênero. Além da equivalência entre LGBTfobia e cisheterossexismo, há também a associação da saúde mental com as estruturas cisgênera e heterossexual da instituição para a qual a policial militar trabalha. Em outro momento da notícia 6, há ainda uma quebra da cisheteronormatividade associada à saúde mental da policial, pois a policial se mostrou preparada mentalmente para enfrentar o processo na sua instituição.

Nesta primeira associação, há um sofrimento por parte da servidora que, pelo fato de os documentos ainda estarem com dados masculinos, além de trazer problemas administrativos, remetem a um passado no gênero masculino que não a agrada emocionalmente. Outro ponto mostra que a policial há um tempo realiza tratamento psico-

lógico e que a cirurgia de transição de gênero ocorreu quando já estava na corporação e foi acompanhada por ela. A policial relata também que teve apoio do superior hierárquico para realizar o que ela chama de adequação de gênero.

Por fim, na notícia 07, se apresenta uma associação entre saúde mental de um policial militar heterossexual que foi vítima de LGBTfobia e heterossexismo por seus companheiros de trabalho — aqui percebemos a equivalência também do preconceito e da estrutura para o preconceito. Eles acreditavam que os hábitos alimentares e de atividades físicas do policial que sofreu o preconceito não são compatíveis com a masculinidade desejável na profissão.

Notamos, deste modo, por meio das notícias analisadas, uma maior associação entre saúde mental do policial LGBTQ+ com cisheteronormatividade do que com LGBTfobia. Contudo, como em quase todas as notícias, percebe-se uma proximidade entre esses dois últimos termos já que essas estruturas normativas e essas ações preconceituosas atuam em uma associação de equivalência, afetando a saúde mental do policial LGBTQ+. Por essa razão, houve a criação de três categorias de conteúdo: a equivalência entre LGBTfobia e cisheterossexismo; a associação entre LGBTfobia e saúde mental do policial LGBTQ+ e; a associação entre cisheterossexismo e a saúde mental do policial LGBTQ+. A seguir, exemplificaremos essa equivalência temática desses códigos com a utilização de trechos de algumas notícias.

Em relação à primeira categoria, na notícia 01, pré-teste, percebemos pelo trecho “PMs gays afirmam que sofrem com o preconceito” (G1, 2010, online) o fato do sujeito ser o policial militar gay, o verbo ser “sofrer” e complemento ser “preconceito”, notamos a temática LGBTfobia neste período. Logo em seguida, há um complemento dessa frase com um conteúdo cisheteronormativo: “[...] em alguns casos, preferem esconder a orientação sexual.” (G1, 2010, online). Os sujeitos continuam os mesmos, mas aqui o verbo se refere a eles esconderem as suas orientações sexuais. Percebemos, então, como a estrutura cisheteronormativa se equivale ao preconceito, o que leva a crer que, para não sofrer violência, há a necessidade de “se esconderem” e esconderem o que chamamos de suas potências naturais.

Em uma outra exemplificação da primeira categoria, agora na notícia 3, constatamos uma equivalência também nas temáticas LGBTfobia com o trecho da matéria jornalística “mesmo figurando como vítima de homofobia” (G1, 2018b, online), em comparação com a continuação do parágrafo com temática cisheterossexista: “o soldado terá de responder a um procedimento administrativo também na corporação” (G1, 2018b, online). Mesmo com a comprovação que o policial militar sofreu por homofobia dentro da própria instituição em que trabalha, a estrutura normativa da Polícia Militar de São Paulo encontrou uma forma de puni-lo administrativamente por outra razão. “Segundo a PM, a atitude de Prior no Metrô não obedeceu a regras de segurança exigidas pela corporação. Ele teria deixado o coldre da arma aberto. Sua arma foi recolhida” (G1, 2018b, online). Neste caso, o procedimento administrativo contra o policial militar se torna a punição por parte da instituição por não poder puni-lo por sua sexualidade.

Em um último exemplo desta categoria, vemos na notícia 05 o medo de um policial militar gay ao voltar ao trabalho depois de um episódio que envolve homofobia por publicação de uma foto. Contudo, esse relato está na fala de seu companheiro na notícia 05: “ele tem medo de como vai ser recebido, diz namorado de PM que postou beijo gay durante formatura no DF” (G1, 2020, online). Esse policial militar e uma outra policial militar lésbica foram silenciados pela instituição na mesma notícia: “G1 conversou com companheiros de militares envolvidos no caso. PMs estão proibidos pela corporação de conceder entrevistas sobre episódio” (G1, 2020, online). Nesta notícia 5, a equivalência está em observar que as temáticas se complementam em um ciclo. Ao passo que o policial militar é silenciado pela instituição para não falar sobre a homofobia que sofreu por comentários preconceituosos dos próprios colegas da corporação nas redes sociais, é reforçado o medo, ou seja, a fobia de não saber o que o espera no ambiente de trabalho presencialmente.

Posteriormente, na categoria das associações entre LGBTfobia e saúde mental do policial LGBT+, temos os exemplos de duas notícias, notícia 03 e notícia 07. Na notícia 03, percebemos a temática LGBTfóbica na frase do policial que tem uma fala na notícia: “95% das ameaças são de PMs” (G1, 2018b, online). A seguinte frase da notícia é: “diz policial militar que, abalado, se afastou da corporação para

tratamento médico” (G1, 2018b, online). Ou seja, o policial militar ameaçado por homofobia foi obrigado a se afastar do trabalho para iniciar um tratamento médico psiquiátrico e psicológico por conta das ameaças que sofreu, sendo quase a totalidade delas advindas dos colegas da instituição ao qual trabalha.

Ainda sobre essa categoria, a notícia 07 traz a associação entre como uma “piada”, que foi identificada como homofobia, retratada na matéria jornalística: “fizeram insinuações sobre a sexualidade dele ao colocarem um *emoji* de berinjela numa foto em que ele aparece segurando o filho com a esposa” (G1, 2021b, online). Neste caso, o ato de fazerem uma montagem e a divulgarem configurou como uma prática LGBTfóbica. Logo em seguida, na notícia, esse período está associado com uma temática de saúde mental, pois “ainda segundo o casal, todos da família ficaram muito abalados quando ficaram sabendo do ocorrido. Guilherme contou ao G1 que teve uma crise de ansiedade no dia seguinte e foi afastado por sete dias do trabalho, com atestado médico” (G1, 2021b, online).

O policial militar da notícia 7, mesmo heterossexual, sofreu por homofobia, ao ter sua sexualidade heterossexual confrontada por atos homofóbicos realizados por colegas de trabalho. A associação entre o ato preconceituoso e a saúde mental neste caso é direta, a crise de ansiedade afetou sua mente e teve consequências físicas na vítima de homofobia que necessitou de um afastamento da instituição para cuidar de sua saúde.

Por fim, há alguns exemplos da categoria associação entre cisheterossexismo e saúde do policial LGBTQ+ nas notícias 02, 04 e 06. O primeiro deles, na notícia 02, notamos a relação direta entre como comentários heterossexistas que afetaram a saúde mental de um policial militar. Na notícia, as temáticas são abordadas assim, na mistura do discurso da reportagem e do relato do policial militar: “a situação física se agravou ao lado da psicológica, já que ele acusava o batalhão de persegui-lo em razão da orientação sexual. ‘Eu escutei de um cabo que eu tinha que ‘virar homem’. Ele me disse: ‘Você não é homem’” (G1, 2018a, online). Nesta associação, notamos um cabo da polícia militar contestando o gênero do soldado policial militar que já havia exposto sua sexualidade homoafetiva. Esse fato auxiliou no agravamento psicológico do policial militar gay, que já estava passando por problemas de saúde de ordem física também.

Um segundo exemplo, notícia 06, mostramos como a morosidade do sistema processual administrativo da polícia militar, que pode estar relacionada aos fatores cisheterossexistas, afetou a policial militar transexual de Santa Catarina. No trecho da notícia, eles associam “[...] no sistema militar, seus documentos funcionais ainda estão seus dados masculinos e refletem alguém que ela nunca quis ser” (G1, 2021a, online) com a fala da policial “Isso incomoda muito. Pensa, você tentar esquecer um passado que não te agrada e todos os dias ver o seu nome masculino lá. Estou sofrendo por causa disso” (G1, 2021a, online). O fato de a policial militar já ter realizado a transição de gênero e não ter o reconhecimento perante a documentação militar lhe causava sofrimento, afetando seu estado mental emocional.

Como terceiro e último exemplo dessa categoria, a notícia 04 traz uma associação de temáticas bem semelhante à notícia 06. Mesmo com o aval do profissional de saúde, o psicólogo militar da instituição policial militar relatada na notícia, “o psicólogo militar ouviu Henrique e concordou em alterar os registros. Mas isso levou quase um ano para acontecer.” (G1, 2019, online). Aqui, o policial transexual Henrique foi obrigado a aguardar tempo excessivo para ver a instituição reconhecer seu gênero.

O interessante nesta notícia é que percebemos que o policial militar Henrique vinha realizando uma preparação psicológica para enfrentar a situação. “Em 2016, já adulto, quando se formou na PM, procurou ajuda psicológica particular, pois não entendia por que seu corpo de mulher o incomodava tanto. Durante a terapia, acabou se descobrindo transexual” (G1, 2019, online). Tal realidade aponta para o fato de que a descoberta e aceitação de sua identidade de gênero, quando acompanhadas por um profissional qualificado, pode auxiliar no fortalecimento do policial militar trans para suportar toda carga de cisheterossexismo nas instituições policiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do artigo foi aproximar os temas da LGBTfobia, do cisheterossexismo/cisheteronormatividade e da saúde mental do policial LGBTQ+ dentro das policias brasileiras, especialmente as mili-

tares, por meio da reconstituição de um panorama teórico e empírico de algumas dessas práticas, relacionando o percurso cisheterossexista que o candidato a policial percorre e com exemplos extraídos de notícias jornalísticas publicizadas na imprensa brasileira. Para tanto, foi proposta uma análise de conteúdo dessas temáticas em matérias veiculadas no portal de notícias G1, pela razão especificada anteriormente.

Em um primeiro momento, o trabalho apresentou um brevíssimo panorama teórico quanto à questão da aceitação e do preconceito LGBTQ+ na sociedade. Mostrou, de igual forma, como um sistema de crenças e de realidades socioculturais construíram uma estrutura cisheteronormativa. Em um segundo momento, relacionamos essa temática à realidade das instituições policiais brasileiras. Mostramos como a LGBTQfobia e o cisheterossexismo estão presentes nas instituições policiais e como essa estrutura de preconceito poderia afetar a saúde mental do policial LGBTQ+.

Em um terceiro momento, foi feita uma análise de conteúdo a partir de notícias jornalísticas que apresentassem necessariamente as três temáticas apresentadas no trabalho para compreender como elas foram associadas. Com base na análise de sete notícias, apresentamos como uma construção sociocultural pautada na cisheterossexualidade tem estruturado ações preconceituosas contra policiais militares LGBTQ+. Percebemos também como as instituições policiais, que, por serem órgãos do Estado, deveriam zelar pelos direitos das pessoas LGBTQ+, reproduzem e promovem a LGBTQfobia e cisheterossexismo contra os próprios policiais LGBTQ+. Assim, respondendo ao problema de pesquisa, verificamos uma associação direta entre problemas relacionados a saúde mental dos policiais militares LGBTQ+ e ações LGBTQfóbicas/estruturas cisheteronormativas, conforme procuramos também ilustrar por meio de casos trazidos em notícias analisadas, todas elas do Portal G1 e no recorte temporal escolhido.

Para finalizar, neste artigo, fortalecendo possibilidades de construção de relações mais equânimes no seio das agências policiais, e com esperança em um futuro rompimento de padrões cisheterossexuais, cremos que, do ponto de vista administrativo, é necessário implementar medidas de controle e efetivação do previsto, por exemplo, na Portaria Interministerial n. 02/2010, do Ministério da Justiça e Se-

gurança Pública, que garante a defesa de direitos humanos dos profissionais de segurança pública. Uma de suas 67 diretrizes determina que as corporações devem: “disseminar nas instituições a cultura de não-discriminação e de pleno respeito à liberdade de orientação sexual do profissional de segurança pública, com ênfase no combate à homofobia”. Essa possibilidade de implementação passa pela educação nas Academias de Polícia e também pela responsabilização daqueles que cometem faltas disciplinares replicadoras da homofobia, da lesbofobia, da bifobia, da transfobia e da queerfobia.

Em igual medida, é indispensável uma educação voltada para desenrijecer papéis de gênero e desnaturalizar as diferenças, na certeza de que somos capazes de recriar um mundo no qual o ser humano seja mais livre e completo, e onde mulheres e homens, LGBT+ ou não, transitem para além das fronteiras marcadas pelos estereótipos. Este empreendimento elevaria não só a dignidade de mulheres e LGBT+, mas a de todos. É preciso, sobretudo, naturalizar as identidades e sexualidades expulsas da normalidade, garantindo sua liberdade, não vigilância, não sancionamento e aceitação, posto que, concordando com os argumentos apontados por Louro (1997, p. 82):

[...] se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que “vigiar” para que os alunos e alunas não “resvalém” para uma identidade desviante? Por outro lado, se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas, mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos.

Uma política de circulação que dê representatividade aos diversos elementos que compõem os gêneros e sexualidades ao menos, em tese, nos aproximaria de uma liberdade monoica capaz de romper matrizes de coerência impositiva, que ainda geram sofrimento. Sofrimento este que decorre da exclusão de qualquer expressão de descontinuidade entre sexo, gênero, identidade de gênero, prática sexual e desejo (SEGATO, 1998). Isso porque qualquer situação que não parta da matriz masculinista e heteronormativa preestabelecida, qualquer “desencaixe” entre sexo e gênero, por exemplo, ou entre identidade de

gênero e desejo, tem gerado opressão, exclusão da ordem, de potenciais e talentos e violência (BUTLER, 2003). Nessa esteira, é fundamental se contrapor a qualquer posicionamento que alie a atuação policial à valorização do falo, da virilidade e das faculdades sexuais masculinas, propondo um programa que rompa com a estrutura binária de gênero até aqui construída (BUTLER, 2003).

Em outro ponto, é preciso aceitar que a uma maior presença de pessoas LGBTQ+, em sua pluralidade, carregando ou não signos de suavidade e docilidade, podem enriquecer o repertório de armas simbólicas e de possibilidades para colaborar na resolução dos conflitos experimentados na atividade policial. Em alguns países, como nos Estados Unidos da América, existem sérias tentativas de fazer com que a polícia seja mais representativa da comunidade policiada, criando formas especiais de recrutamento de pessoas pertencentes a grupos vulnerabilizados, especialmente negros, latinos, LGBTQ+ e mulheres (GOLDSTEIN, 2003, p. 333).

Como outra medida, é necessário incentivar a postura e mobilização política de policiais LGBTQ+ para não se calarem frente a imposições normativas. Rodas de conversa, seminários de conscientização, produção de material que denuncie violações, organização de coletivos ativistas são bem-vindos para enfrentar essas discriminações. Neste sentido, enquanto militância organizada, tem apontado no horizonte brasileiro a “Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTQI+”, conhecida como RENOSP-LGTBTQI+, que surgiu no II Seminário Nacional de Segurança Pública sem Homofobia, realizado no Rio de Janeiro em 2010. Ela hoje se constitui no livre ativismo de aproximadamente cento e cinquenta policiais lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens transexuais e mulheres transexuais, que buscam garantir a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero destes agentes.

Se as medidas apresentadas não garantem o fim das práticas LGBTQfóbicas nas corporações policiais, certamente elas colaboram para formação de um outro “Batalhão Sagrado”, agora não em Tebas, mas formado por agentes de segurança sabedores que sua sexualidade, seu afeto, seus trejeitos e sua condição humana são merecedores de igual dignidade conferida a todos os outros trabalhadores da segurança no Brasil.

BIOGRAFIA DOS AUTORES:

**RAFAEL DELFINO RODRIGUES ALVES**

RAFAEL DELFINO É CABO NA PMGO E PROFESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. ATUALMENTE, TRABALHA NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS E É TAMBÉM INSTRUTOR DE COMUNICAÇÃO NA ESCOLA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILLO DO ESTADO DE GOIÁS. É MEMBRO DA REDE NACIONAL DE OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA LGBTQIA+.

**FABRICIO SILVA ROSA**

FABRÍCIO ROSA É POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL E OFICIAL DA RESERVA DA PMGO. ATUA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS, AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRABALHO INFANTIL. É DIRETOR DE DIREITOS HUMANOS DA REDE NACIONAL DE OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA LGBTQIA+

**REFERÊNCIAS**

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANCAGLION JR, Antônio. Homossexualismo no Egito Antigo. *In.: Métis – História & Cultura*, v. 10, n. 20, p. 69-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1339/1074>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BUREAU OF JUSTICE STATISTICS, 2008. Disponível em: <<http://www.bjs.gov/index.cfm?ty=tp&tid=703>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro:

Companhia de Freud, 2008.

ESPINOSA, Baruch. Ética – Proposição XIII + Pequena Física. Tradução: Grupo de estudos Espinosanos da USP. In: ESPINOSA, Baruch. *Ética*. São Paulo: Edusp, 2015.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. *Rev. Subj.*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Política e Fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil*. São Paulo: FBSB, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/pesquisa-politica-e-fe-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil-0608.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1984.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 2, 2016, p. 154-170.

FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

G1. ‘Ele tem medo de como vai ser recebido’, diz namorado de PM que postou beijo gay durante formatura no DF. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/14/ele-tem-medo-de-como-vai-ser-recebido-diz-namorado-de-pm-que-postou-beijo-gay-durante-formatura-no-df.ghtml>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

G1. ‘Existem gays na PM, e muitos’, diz soldado ameaçado por

*policiais após beijar rapaz no Metrô de SP.* 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/existem-gays-na-pm-e-muitos-diz-soldado-ameacado-por-policiais-apos-beijar-rapaz-no-metro-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

G1. *Mulher de soldado que acusa PMs de homofobia diz que ‘piada’ com foto foi no dia que comemorava 1 mês do filho: ‘Desrespeito com a família’.* 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/baurumaria/noticia/2021/05/28/mulher-de-soldado-que-acusa-pms-de-homofobia-diz-que-piada-com-foto-foi-no-dia-que-comemorava-1-mes-do-filho-desrespeito-com-a-familia.ghtml>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

G1. *PM expulsa soldado que denunciou tortura após assumir ser gay em SP.* 2018a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/pm-expulsa-soldado-que-denunciou-tortura-apos-assumir-ser-gay-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

G1. *Polícia Militar de São Paulo tem 1º policial transexual em quase 200 anos de história.* 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/18/policia-militar-de-sao-paulo-tem-1o-policial-transexual-em-quase-200-anos-de-historia.ghtml>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

G1. *Policiais militares gays se dizem alvo de preconceito na corporação.* 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1524307-5598,00-POLICIAIS+MILITARES+GAY+S+SE+DIZEM+ALVO+DE+PRECONCEITO+NA+CORPORACAO.html>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

G1. *Policial trans de SC aguarda há meses atualização de documentos militares para voltar a trabalhar nas ruas: ‘Quero reconhecimento’.* 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/22/policial-trans-de-sc-aguarda-ha-meses-atualizacao-de-documentos-militares-para-voltar-a-trabalhar-nas-ruas-quero-reconhecimento.ghtml>>. Acesso em 30 jul. 2021.

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre.* São Paulo: Edusp, 2003.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.* São Paulo: Editora UNESP, 2000.

JAEGER, Werner. A Medicina Antiga Encarada Como Paideia. *In: Paideia*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LIMA, Roberto Kant de. Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. *In: Revista Campo Minado - Estudos Acadêmicos em Segurança Pública*, v. 1 n. 1, 2021, p. 95-113. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/48618/28501>>. Acesso em 13 dez. 2021.

LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. Tradução: Laymert Garcia dos Santos: Editora Brasiliense, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Feiticeiro e Sua Magia. *In: Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 193-213.

LOURENÇO, Mário. Afectos, Sexualidade e Desenvolvimento Humano. *In: Revista Saúde Mental*, v. 4, n. 2, mar./abr. 2002, p. 20-28. Disponível em: <[http://www.saude-mental.net/pdf/vol4\\_rev2\\_artigo2.pdf](http://www.saude-mental.net/pdf/vol4_rev2_artigo2.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

NAPHY, William. *Born to be gay: história da homossexualidade*. Portugal: Edições 70, 2006.

PASTORE, Fortunato. O batalhão sagrado de Tebas: militarismo e homoafetividade na Grécia antiga. *In: Revista Trilhas da História*, v. 1, n. 1, jun./nov. 2011, p. 39-51.

PLATÃO. *A República*. Tradução e notas: Maria Helena da Rocha Pereira. 15ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

PLATÃO. *Symposium* (Phaedrus). *Platonis Opera*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

PLUTARCO, *Vida Paralelas - Pelópidas*. São Paulo: Paumape, 1991.

RENOSP. Disponível em: <<https://www.renosplgbti.org.br/sobre>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

REZENDE, Cristiano Novaes de. Saúde mental pública em Espinosa. *In: JUSTO, Marcelo Guedes (org.). Invenções Democráticas: A dimensão social da saúde*. São Paulo: Editora Autêntica, 2010, p.67-69.

SEGATO, Rita Laura. *Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela*. (Série Antropologia nº 236). Brasília: Dep. de Antropologia da UnB, 1998.

SPINOZA, Benedictus de. *Tratado Político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. *Amor e sexo na Grécia Antiga*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2005.

---

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES DOS AUTORES

(*integridade científica*)

*Declaração de conflito de interesse:* O(s) autor(es) confirma(m) não haver conflitos de interesse na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

*Declaração de autoria:* Todos e apenas os pesquisadores que atendem os requisitos de autoria deste artigo são listados como autores; todos os coautores são integralmente responsáveis por este trabalho em sua totalidade.

*Declaração de originalidade:* O(s) autor(es) assegura(m) que o texto aqui publicado não foi previamente divulgado em qualquer outro local e que a futura republicação apenas será feita com expressa referência desta publicação original; também atesta(m) que não há plágio de material de terceiros ou autoplágio.

### COMO CITAR (ABNT BRASIL)

ALVES, Rafael Delfino Rodrigues; ROSA, Fabricio Silva. Práticas LGBTfóbicas e a saúde mental do (da) policial LGBT+ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília*, vol. 13, n. 7, p. 141-180, jan./abr. 2022.

<https://doi.org.br/10.31412/rbcp.v13i7.886>

---



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.